

PENETRAÇÃO SOVIÉTICA NA ÁFRICA

Maj OCTAVIO A. DE MEDEIROS
Oficial de EM

Contém alguns trechos traduzidos dos seguintes artigos:

— “O Pensamento Soviético Sobre a África” — publicado por “Intelligence Digest”, n. 279, de Fev 1962;

— “Imperativos Estratégicos”, publicado por “Revue Militaire Générale”, n. 3, de Março de 1962.

O interesse da Rússia e dos demais países do Bloco comunista pela África, especificamente, é, de certo modo, recente. O continente africano, retalhado em inúmeros territórios coloniais, achava-se entretanto, tácitamente incluído como objetivo dentro da doutrina estratégica comunista de dominação do mundo, desde muito tempo. Em 1928, no VI Congresso do Komintern, afirmava-se já, sem citar o caso peculiar da África, que:

“a luta revolucionária nas colônias e semicolônias constitui, do ponto de vista do proletariado, *um dos mais importantes objetivos estratégicos da Internacional Comunista*”.

Naquele tempo, entretanto, preocupada com a superioridade da Inglaterra e da França, a atenção da Rússia voltava-se, especialmente, para a Ásia (na época, a África era encarada como um fator desprezível).

Após o fracasso das tentativas revolucionárias na Europa ocidental, entre 1918 e 1921, a concepção estratégica de Lenine modificou-se bastante. Passou êle, então, a afirmar que: “o caminho para Paris e Londres passa por Shangai e Calcutá”, querendo com isso indicar que a atuação direta sobre as colônias, visando a enfraquecer os Estados capitalistas, privando-os de suas fontes de matérias-primas e dos consumidores certos de seus produtos, abriria o caminho para o sucesso do comunismo sobre o Ocidente.

Nos dias de hoje, quando voltamos nossa atenção para a política soviética relativa à África, vemos que o pensamento estratégico de Lenine prevalece, em toda a sua plenitude.

* * *

Foi a 2ª Guerra Mundial que, abrindo a era dos grandes espaços e das grandes velocidades, pôs em relêvo o valor estratégico da África. E foi, principalmente, depois da morte de Stalin que o continente afri-

cano passou a ter, no seu todo, especial consideração por parte dos comunistas. Não que o desaparecimento daquele chefe russo influísse para isso, mas porque, por essa época, já haviam eles obtido na Ásia todos os sucessos que, de imediato, poderiam ter conquistado.

A investida comunista sobre a África tem, sem dúvida, duplo objetivo: um estratégico-militar, visando à guerra contra o ocidente (ou a conquista de posições poderosas para a sua contenção); outro, econômico. Os dois são interdependentes, e a sua conquista se processa lentamente, segundo a mesma política ditada, há tantos anos, por Lenine: "estremecer as relações entre os novos países e as suas antigas metrópoles, aproveitando os descontentamentos surgidos das dificuldades de caráter econômico e social que, fatalmente, advirão. Em seguida, lançar sobre eles uma onda de propaganda e oferecer farta e fácil ajuda técnica, industrial e financeira, a fim de atraí-los firmemente para a sua órbita de influência". Com essa política, os países do bloco ocidental vão sendo, pouco a pouco, alijados da África, e a integração completa do continente africano ao Bloco comunista será conseguida, paulatinamente.

O valor estratégico dessa integração numa guerra futura dispensa comentários. Significará, em última análise, o envolvimento, pelo sul, da Europa Ocidental, com o conseqüente domínio do Mediterrâneo; significará a possibilidade de intervenção direta nas rotas marítimas do Atlântico, e muito particularmente do Atlântico Sul, e, finalmente, a grande proximidade do continente americano.

Essa investida progressiva vem se processando segundo três direções, que têm uma origem comum no Egito e são, em traços gerais,

- 1 — EGITO — LÍBIA — TUNÍSIA — ARGÉLIA — MARROCOS, visando tôda a África do Norte;
- 2 — EGITO — CHAD — REPÚBLICA DOS CAMARÕES — NIGÉRIA — GANA — GUINÉ — SENEGAL, que se ramificará, naturalmente, a partir da República dos Camarões, para os países do Sudoeste africano, como o mostra, desde já, a maneira como têm sido explorados os acontecimentos do Congo e de Angola;
- 3 — EGITO — ETIÓPIA — SOMÁLIA — TANGANICA — FEDERAÇÃO DAS RODÉSIAS — MOÇAMBIQUE — ÁFRICA DO SUL, incluindo a República Malgache.

Se olharmos o quadro político e econômico atual da África, poderemos verificar que as duas primeiras direções já estão bem delineadas. Os sucessos soviéticos no Egito, na Tunísia e no Marrocos; em Gana e na Guiné, já são palpáveis, como o são, também, no Sudão e na Etiópia, de certa forma. Mas, nessa última direção é de esperar-se que a investida comunista encontre uma maior resistência, mercê da maneira cuidadosa pela qual a Inglaterra vem conduzindo a preparação da independência do Quênia, de Tanganica e da Federação das Rodésias e Niassalândia, em face dos fortes laços que ligam a África do Sul à Comunidade Britânica.

Num futuro mais imediato, para o lançamento ou para a contenção de uma guerra contra o Ocidente, é fora de dúvida que a direção n. 1 será a mais importante. Ela está diretamente ligada ao T. O. europeu que será, também, o mais importante. Essa importância prevalece para qualquer hipótese de guerra, seja a nuclear ou a do tipo convencional, pois os valores da região do Norte da África permanecem imutáveis. E, para bem avaliarmos a sua importância, basta que raciocinemos com o que representará para as potências ocidentais, na emergência de uma guerra nuclear ou convencional, o domínio das zonas geográficas do Mediterrâneo e do Norte da África, incluindo o Saara.

Bases para lançamento de mísseis, estabelecidas no Norte da África, estariam dentro de condições ofensivas ótimas. Os IRBM, com o alcance de 1.500 milhas náuticas, do-norte do Saara, poderão atingir além da linha LENINGRADO-MOSCOU-BAKU e, se o seu alcance fôr de 2.000 milhas náuticas, poderão atacar as instalações petrolíferas de Bachiria e Tataria. E qualquer resposta da Rússia, visando a neutralizá-las, não atingiria mais do que as próprias áreas de lançamento.

O Mediterrâneo é uma plataforma ideal para o lançamento de aviões, baseados em porta-aviões, ou de Polaris, lançados de submarinos. As esquadrias que operarem no Mediterrâneo estarão em excelentes condições para efetuar a proteção eficaz da Grécia, da Turquia e do Irã, e de atacar as vias de comunicações dos Bálcãs, do Cáucaso ou do Turquestão. É preciso atentar para o fato de que as bases britânicas de Gibraltar, Malta e Chipre, desprovidas de aparelhamento portuário adequado, de arsenais equipados e protegidos contra ataques nucleares, e de grandes espaços circundantes, perderam muito da significação que tiveram na última Grande Guerra. A guerra moderna, considerada a ameaça permanente de emprêgo de engenhos nucleares, exige, para a localização das bases de suprimentos e de lançamentos de armas de grande alcance dos exércitos em operações, a observância da trilogia: afastamento, dispersão e proteção. Na Europa ocidental, apenas a Espanha (considerada a possibilidade de manutenção da barreira dos Pireneus) e a Inglaterra, em situação bem inferior à do Norte da África, podem oferecer aquelas condições.

Para avaliarmos o que representa para o Ocidente a manutenção da posse do Saara, com o seu petróleo e as suas instalações petrolíferas, basta citar que a Europa ocidental consumiu, em 1957, 140 milhões de toneladas de petróleo das quais só produziu cerca de 12 milhões. Na guerra moderna, nuclear ou convencional, o petróleo constitui a necessidade essencial das forças em operações. Nas fases de movimento os carburantes representam 3/4 do volume total de suprimentos, baixando essa razão, para 1/3 durante as fases de estabilização.

Em tempo de paz, a Europa supre-se no Oriente Médio, de todo o petróleo que excede à sua produção. Na emergência de uma guerra, em pouco tempo ela perderá o controle dessa fonte de suprimento, sobre a qual se lançarão os russos. O transporte de carburantes de ultramar,

com os oceanos infestados de submarinos soviéticos (que somam hoje mais de 600 e incluindo mais de 200 de grande raio de ação, sendo alguns atômicos), será uma aventura muito cara. Restar-lhe-á o petróleo do Saara, cujo escoamento e transporte deve ser defendido como um imperativo estratégico para o Ocidente, desde já.

Há que pesar, ainda, o enorme apoio em efetivos que a África setentrional poderá fornecer ao bloco de potências a que se aliar. Durante a última Grande Guerra, somente a Tunísia, a Argélia e o Marrocos forneceram aos aliados efetivos em homens correspondentes a 22 divisões.

O objetivo econômico, de que falamos e cuja conquista vai sendo efetuada lado a lado com a do objetivo estratégico-militar, é traduzido na criação de um comércio africano com os países do Bloco comunista. A África é rica em cobre, minérios de manganês, de ferro, de cobalto e de urânio; é rica em petróleo, estanho, ouro, diamantes, borracha, algodão, café, cacau, óleos vegetais e muitos outros recursos de cuja falta tanto se ressentem os países comunistas. Os seus olhos, cobiçosos de matéria-prima, estão voltados para a África, fazendo com que a questão econômica assuma uma importância muito grande dentro do programa soviético estabelecido para a África. Os países da cortina de ferro, como a Polónia, não se conformam em ter que comprar 90% dos minerais oriundos do continente africano, através de Londres, Paris ou Rotterdam, e não escondem a sua irritação pelo fato de países que adquiriram recentemente a independência não poderem ter relações comerciais irrestritas com eles. E por isso, tanto se empenham em estabelecer — senão controlar com exclusividade, tão rapidamente quanto possam, as ligações comerciais com aqueles países.

O trecho de um artigo publicado no *World Marxist Review*, em junho de 61, resume bem esse pensamento soviético sobre a África, e reflete, fielmente, a política estabelecida pelo Prof. Potenkhin para o continente africano: "os problemas com que se defrontam as nações que adquiriram a sua independência, recentemente, tornaram um imperativo, para elas, a procura da cooperação econômica com os países socialistas. Esta cooperação vem se constituindo numa das condições para a recuperação nacional e independência completa das antigas colônias e semicolônias".

* * *

Ao iniciarem a sua investida sobre a África, os soviéticos depararam com uma série de dificuldades. As colônias, semicolônias ou estados dependentes africanos fugiam por completo ao esquema russo, tanto no campo político como nos social e econômico. A ausência de um proletariado industrial, a força das tradições tribais e a falta de elites intelectuais de valor ponderável, constituíram um entrave que obrigou a revisão de toda a tática comunista de penetração e de propaganda. Foi sentida a necessidade de serem aprofundados os estudos sobre os povos

africanos, povos êsses que apresentavam características diferentes entre si, tanto do ponto de vista étnico como dos geográfico e histórico.

Em 1955, foi criado na Rússia um departamento africano do Instituto de Etnografia da Academia de Ciências da URSS, destinado a estudar as questões relativas "à luta dos povos africanos contra o imperialismo e por seus direitos".

O plano de pesquisa então elaborado pelo Prof. Potenkhin e apresentado em uma conferência que reuniu os principais africanistas soviéticos em Moscou, deixa transparecer, claramente, a orientação política que se desejava dar aos estudos programados.

Esse plano comportava:

- 1 — A história da África antes de sua partilha entre os imperialistas;
- 2 — Composição étnica da África;
- 3 — Situação econômica e movimento de libertação nacional na África, após a 2ª Guerra Mundial;
- 4 — Obras históricas sobre certos países africanos, como Gana, Guiné, etc.;
- 5 — Geografia africana, e
- 6 — Filologia.

Os estudos sobre a África, dentro da orientação acima, foram iniciados, pouco depois, em outros países comunistas, principalmente na Tcheco-Eslováquia, Alemanha Oriental e China Popular. E ao mesmo tempo que êsses estudos se desenvolviam, os dirigentes comunistas procuravam atrair, para além da cortina de ferro, os jovens africanos que se declaravam decepcionados com o Mundo Ocidental. Tratava-se de formar os quadros africanos comunistas, tendo em vista a propaganda e a subversão dentro da África negra.

Ao lado da preparação de especialistas em assuntos africanos e de preparação desses quadros comunistas, a URSS desenvolveu outras formas de propaganda.

Em 1957, pouco depois da efetivação da independência de Gana, o Prof. Potenkhin — primeiro africanista a visitar a África negra, lá desembarcou e permaneceu por três meses, realizando conferências na Universidade de Acra e utilizando-se da Rádio de Acra para exortar a nova nação a seguir o exemplo de tantas minorias soviéticas subdesenvolvidas que, "de um sistema decadente de clãs", entraram para o "mundo socialista" sem passarem pelo "estágio capitalista".

Gana foi o primeiro país africano a estabelecer relações diplomáticas com a URSS. E, nas primeiras semanas de 1958, foi em Gana que desembarcaram os diplomatas, os especialistas e os técnicos soviéticos

que, nos meses seguintes, espalharam-se por outras capitais africanas. Depois dêles vieram as missões comerciais, culturais e econômicas, oriundas da Tcheco-Eslováquia, da Bulgária, da China e da Alemanha Oriental. Ajudados por jovens africanos formados, anteriormente, nas oficinas comunistas de Paris, Roma ou Londres, êsses técnicos plantaram na África os primeiros marcos da penetração comunista.

Os programas radiofônicos da rádio de Moscou para a África foram se tornando, cada vez mais freqüentes e melhor orientados, desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre Gana e a URSS. Inicialmente em francês e em inglês, fazendo a propaganda vermelha e colocando os povos africanos a par dos acontecimentos mundiais, a partir de 1959, essas irradiações passaram a ser feitas em dialetos africanos, tais como o swahili, o zulu e o amar.

Êsses programas russos para a África foram logo secundados por outras estações radiodifusoras do Bloco comunista (Rádios Sofia, Praga, Pequim, etc.). O aumento do número de horas semanais foi muito rápido, chegando, hoje, a cerca de 200 horas, de propaganda bem apresentada e que é ouvida em todo o continente africano, até mesmo em locais onde os agentes comunistas dificilmente conseguem penetrar.

Outra tática utilizada pela Rússia, paralelamente com a propaganda pelo rádio, tem sido a da organização das chamadas "jornadas de solidariedade", destinadas a ressaltar o apoio das democracias populares aos nacionalistas africanos. Essa tática consiste na publicação de vários artigos e estudos consagrados a um país africano e na execução, simultânea, de reuniões públicas de massas nas grandes cidades da União Soviética, da China Popular, Tcheco-Eslováquia, Polônia, etc., coincidindo, sempre, com um acontecimento notável na África, como os sangrentos eventos de Leopoldville, Brazaville, Niassa e Camarões, que foram particularmente explorados.

A rápida evolução política da África negra, nos anos de 58, 59, 60, obrigou os dirigentes russos a modificarem a estrutura do seu organismo diplomático. Foi criada, inicialmente, uma seção especial africana, no Ministério dos Assuntos Estrangeiros. Posteriormente, essa seção foi transformada em um departamento que, no fim de 1960, foi substituído por 2 novos departamentos, um para a África negra e outro para a África do Norte. Como órgão oficialmente independente, foi criada em Moscou, nessa mesma época, a "Comissão para a África" (que é uma espécie de ramificação da Comissão Soviética de Solidariedade aos Países Afro-Asiáticos), e posta sob a direção do Prof. Potenkhin. Esta Comissão, cuja principal missão é facilitar a aproximação entre soviéticos e africanos, recebe e orienta os africanos que vão à Rússia em visita, como bolsistas, etc.

A independência adquirida pela maioria dos países africanos, entre 1958 e 1960, possibilitou aos dirigentes soviéticos um contato direto com os novos chefes daquelas nações, desde que puderem estabelecer as suas embaixadas e consulados em vários daqueles estados. Centenas de

agentes, disfarçados em diplomatas, técnicos ou assessôres, infiltram-se na África, cada vez em maior número. Encontramos, hoje, em Conakry, Acra, Leopoldville, Lomé, Banako ou Molgadiscio, embaixadas ou consulados soviéticos, chineses, romenos ou búlgaros, que outra coisa não são do que centros de espionagem, informação e subversão comunistas. E o mais grave é que grande número de africanos ignora a verdadeira missão dessas representações ou técnicos.

A formação dos partidos comunistas nesses países não é, ainda, do interesse da Rússia, pois, ela não deseja despertar as suspeitas dos chefes políticos africanos. E por não disporem de tais agências é que os dirigentes comunistas se utilizam de suas representações diplomáticas e de todos os elementos ao seu alcance, para atingir os seus fins, que nada têm a ver com a política ou a economia atual desses países.

Será um erro, porém, pensar-se que a Rússia deseja, desde já, transformar essas novas nações em repúblicas populares. Isso não está, atualmente, dentro das suas possibilidades, principalmente, por falta de pessoal preparado, entre os militantes africanos, para assumir uma tal responsabilidade. No estágio atual de desenvolvimento da África negra, o que os comunistas procuram é subtrair essas novas nações ao Bloco ocidental, fazendo-as entrar para o campo neutralista. Ao mesmo tempo, instigam-nas à nacionalização de empresas estrangeiras, em nome da independência nacional, desencorajando, dessa forma, novos investimentos e, até mesmo, a ajuda por parte de americanos e europeus.

Eis porque os comunistas incitam os novos estados africanos a aliam-se ao Bloco de Casablanca e a hostilizar, abertamente, aqueles que preferem continuar beneficiando-se da ajuda ocidental (participantes das conferências de Monróvia e de Brazaville).

No campo da política interna, os comunistas procuram convencer os dirigentes dos novos estados africanos a transformarem os seus países em "estados independentes de democracia nacional", o que não é mais do que um primeiro passo para a criação de regimes de república popular.

Três elementos caracterizam, aos olhos comunistas, um "Estado Independente de Democracia Nacional":

1. a independência nacional e política, ou seja, a ruptura de todas as alianças militares, diplomáticas, etc., com o Mundo Ocidental, e a passagem para o "neutralismo positivo", no campo político internacional;
2. a ruptura de relações econômicas e comerciais com os países do Ocidente e a criação de laços dessa natureza com o Bloco comunista; e
3. "a ordem democrática interna", isto é, a participação do partido comunista na vida da nação. A "democracia" é medida pelo grau de influência dos comunistas nos problemas nacionais. (A "democracia" é considerada como tendo atingido o seu grau total quando o poder está, inteiramente, em mãos dos comunistas).